

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Comissões
- 2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/6/2019

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Leninha (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Hely Tarquínio, Cássio Soares, Sávio Souza Cruz e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura do deputado Ulysses Gomes para o cargo de presidente e a candidatura do deputado Hely Tarquínio para o cargo de vice-presidente. Após votação nominal, são eleitos, por unanimidade, os deputados Ulysses Gomes e Hely Tarquínio para os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente. O presidente *ad hoc* empossa o presidente eleito, deputado Ulysses Gomes, que, ao assumir a direção dos trabalhos, empossa o vice-presidente eleito, deputado Hely Tarquínio. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de dezembro de 2022.

Ulysses Gomes, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/8/2021

Às 14h38min, comparecem presencialmente à reunião a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Ulysses Gomes e Cássio Soares e, remotamente, o deputado Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ulysses Gomes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência acusa o recebimento dos róis de testemunhas referentes às Representações nºs 1, 4 e 5/2021. A presidência acusa o recebimento da defesa referente à Representação nº 6/2021. A presidência, nos termos do art. 20, IV, da Resolução nº 5.207, de 2002, determina o encaminhamento da referida defesa ao respectivo relator. A presidência determina que seja intimado o acusado da Representação nº 6/2021, para que, no prazo de cinco dias, indique o rol de testemunhas até o máximo de oito, qualificando-as nos termos do art. 450 do Código de Processo Civil. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de dezembro de 2022.

Ulysses Gomes, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2022

Às 10h25min, comparecem remotamente à reunião a deputada Rosângela Reis e os deputados Elismar Prado e João Magalhães (substituindo o deputado Fernando Pacheco, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Leninha e o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (12/5/2022); do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (23/10/2021); da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (10/12/2021); da Companhia de Saneamento das Minas Gerais – Copasa-MG (três ofícios em 6/11/2021 e 27/1 e 31/3/2022); do Ministério do Desenvolvimento Regional (12/8/2021); do Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais (15/7/2021); do Departamento de Edificações Estrada e Rodagem (três ofícios em 5/11/2021); da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais (três ofícios em 7/4/2022); do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (25/11/2021); da Secretaria de Estado de Saúde (10/12/2021); da Polícia Militar de Minas Gerais (24/3/2022); do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (dois ofícios em 12/5/2022); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (três ofícios em 26/5, 23/6 e 1º/9/2022); da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (6/5/2022); do Ministério da Cidadania (19/11/2022); e da Secretaria de Estado de Fazenda (29/04/2022). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.790 a 10.793, 10.882, 10.979 a 10.982, 11.012, 11.075, 11.284 a 11.286, 11.392, 11.393, 11.589 a 11.592, 11.707 a 11.709 e 12.010 a 12.024/2022, do deputado Bosco. Os Requerimentos nºs 10.821, 10.910, 10.976, 11.012, 11.069, 11.096, 11.097, 11.150, 11.182, 11.277, 11.280, 11.408, 11.478, 11.917 e 12.009/2022 deixam de ser apreciados. Submetido a votação, é aprovado o Relatório do Fiscaliza Mais 2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.864/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ipaba pedido de providências para que o município faça a adesão ao Programa Alô Minas, do governo do Estado, com vistas a que seja contemplado com as melhorias da telefonia móvel em todo o município, inclusive em seus distritos, principalmente o Distrito do Boachá;

nº 11.185/2021, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que edite norma com vistas à concessão de isenção total das tarifas de água, esgoto e energia elétrica aos consumidores residenciais, industriais e comerciais dos municípios atingidos pelas fortes chuvas na região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, conforme previsto na Lei nº 23.797, de 20/1/2021;

nº 11.281/2021, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao presidente da Caixa Econômica Federal pedido de informações sobre o processo de regularização e ocupação das casas construídas no Bairro Residencial Solar I, no Município de Ubá, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida;

nº 11.586/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que sejam realizadas obras de expansão da faixa à direita da pista de rolamento, no sentido BH-RJ, com o intuito aumentar a segurança e facilitar o acesso à entrada e saída dos Bairros Paula Lima, Chapéu D'uvas e

Dias Tavares, em Juiz de Fora, na altura do Km 761 da BR-040, e para que sejam instaladas placas de sinalização, bem como outros meios de comunicação visual de orientação aos condutores que trafegam na região, uma vez que a entrada da via de acesso é utilizada por veículos de grande porte, e a falta da expansão da faixa de recuo e de sinalização adequada coloca em risco a vida de motoristas e pedestres;

nº 11.587/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, à Prefeitura Municipal de Ubá e à Prefeitura Municipal de Divinésia pedido de providências para que seja realizado, em caráter emergencial, um projeto de intervenção na estrada municipal que liga Ubá a Divinésia, passando pelo Distrito de Ubari, a fim de oferecer aos moradores da região uma rota segura e trafegável, garantindo acesso a serviços essenciais como saúde e educação, e para que, enquanto o projeto não é apresentado, o DER-MG atue conjuntamente com as Prefeituras Municipais de Ubá e de Divinésia para encontrar soluções e alternativas emergenciais que garantam uma trafegabilidade mínima nessa estrada que, mesmo sendo de competência do Município de Ubá, é de extrema relevância regional, tendo uma localização estratégica entre duas rodovias importantes, a MG-265 e MG-124;

nº 11.588/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja realizada, em caráter emergencial, operação tapa-buraco na MG-457, que liga Santa Rita do Jacutinga a Bom Jardim de Minas, bem como para que seja executado um plano de recuperação da via como um todo, tendo em vista que esta se encontra intransitável em decorrência do elevado volume de chuva dos últimos meses, que causou danos estruturais severos, como o aumento do número de buracos, deslizamentos de encostas e barrancos nas margens de diversos trechos, gerando inúmeros transtornos à população;

nº 11.589/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja realizada, em caráter emergencial, operação tapa-buraco na MG-353, no trecho entre o Distrito de Monte Verde, em Juiz de Fora, e o Município de Rio Preto, uma vez que a estrada, que já se encontrava em situações precárias, com as constantes chuvas dos últimos meses, teve ainda mais agravadas suas condições de tráfego;

nº 11.650/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja realizada, em caráter emergencial, operação tapa-buraco na MG-124, no trecho entre os Municípios de Ubá e Divinésia, considerando-se que a estrada já se encontrava em situação precária e que as constantes chuvas dos últimos meses agravaram as condições de tráfego na via, colocando em risco a vida e a segurança das pessoas que transitam no referido trecho;

nº 11.688/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao presidente da Caixa Econômica Federal – CEF – pedido de informações sobre o número de apartamentos ocupados no Residencial Cidade Carinho, no Município de Ubá, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida; sobre o último levantamento do número de famílias que estão residindo nesse complexo; e sobre o número de apartamentos desocupados;

nº 11.726/2022, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para que determine a Companhia de Saneamento de Minas Gerais a aplicação de descontos na tarifa de água e esgoto para os usuários atingidos pelo Plano de Racionamento de Água na Região Metropolitana de Minas Gerais, anunciado para vigorar entre os dias 8 e 20/3/2022, uma vez que os atingidos não farão uso do serviço durante vários dias;

nº 12.119/2022, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para a reforma da praça localizada na Rua Aníbal Alves, no Bairro Nossa Senhora das Graças, nesse município, que, segundo os moradores, necessita de melhorias e manutenção;

nº 12.500/2022, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Sete Lagoas pedido de informações acerca dos projetos de incentivo para fomento da agricultura familiar aplicados no município, bem como sobre a adoção de alguma política pública de aquisição dos produtos oriundos de hortas comunitárias e de agricultura familiar pelo governo municipal, visando ao fortalecimento dessa pauta tão importante para o desenvolvimento social e econômico da cidade;

nº 12.654/2022, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do licenciamento dos trabalhadores (barraqueiros) que atuaram no entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão – por mais de cinco décadas e que não puderam prosseguir com suas atividades após as reformas do estádio;

nº 12.713/2022, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o histórico de multas ambientais aplicadas ao Município de Marliéria desde janeiro de 2008 até junho de 2022 e sobre as ações preventivas e de acompanhamento que vêm sendo realizadas pela secretaria de que é titular;

nº 13.434/2022, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja realizada audiência pública para apresentação do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas – Fnem – e das entidades que o compõem;

nº 13.618/2022, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações consubstanciadas em relatório por região e por município da execução físico-financeira da ação 1020 – Minas Reurb, prevista no PPAG, nos anos de 2021 e 2022;

nº 13.619/2022, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, à Secretaria de Estado de Governo, à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço, à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ao Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais e à Associação Mineira de Municípios o Relatório Final do Fiscaliza Mais 2022 da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, que trata do acompanhamento da política estadual de regularização fundiária urbana;

nº 13.620/2022, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que sejam padronizados os procedimentos dos serviços notariais e de registro no Estado, objetivando, nos moldes permitidos em lei, a desburocratização da regularização fundiária em Minas Gerais;

nº 13.621/2022, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao corregedor-geral de Justiça pedido de informações consubstanciadas em relatório por região e por município sobre o número de Reurbs de Interesse Social – Reurb-S – e Reurbs de Interesse Específico – Reurb-E – emitidas no Estado entre os anos de 2018 e 2022.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2022.

Rosângela Reis, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****TERMO DE CONTRATO Nº 63/2022****Número no Siad: 9368877/2022**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: CEDM de Pádua Tecnologia Ltda. Objeto: aquisição de monitores *videowall*, suportes e cabos de vídeo. Vigência: 60 dias contados a partir da data de assinatura, inclusive, sem prejuízo da garantia. Licitação: Pregão Eletrônico nº 56/2022. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.4490.10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 68/2022**Número no Siad: 9370684/2022**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Gesmaq Comércio e Serviços Ltda. – ME. Objeto: locação de equipamentos gráficos novos ou seminovos. Vigência: 12 meses contados a partir de 30/12/2022, inclusive, ou, se impossível a entrada em vigor nessa data, a partir do 30º dia posterior à assinatura, sendo esse prazo de 12 meses prorrogável, na forma da lei. Licitação: Pregão Eletrônico nº 72/2022. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3390.10.1.